

AUTOR

**Sidneia Reis
Cardoso***

scardoso45@
gmail.com

*Tecnologista de
Informações Geográficas
e Estatísticas do IBGE
e doutoranda pelo
programa de Políticas
Públicas e Formação
Humana da Universidade
do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ, Brasil)

Especificidades e controvérsias do Sistema Estatístico Brasileiro

Singularidades y controversias del sistema estadístico brasileño

Specificities and controversies of the Brazilian statistical system

RESUMO

Desde o início da formação do sistema estatístico brasileiro, a produção e a disseminação das estatísticas oficiais sempre estiveram ligadas às necessidades de conhecimento do Estado sobre os seus recursos. Mas, com o desenvolvimento da sociedade, as estatísticas oficiais passam a ter outra finalidade. Com o crescente volume de demanda de informações, chega-se ao estágio atual em que o sistema tem que prover dados não só para o governo, mas para a sociedade como um todo. E esse provimento de dados tem que ser de forma confiável, imparcial e de utilidade prática para a sociedade. Essa passa a ser a nova finalidade social do sistema estatístico. No momento atual, em que a sociedade brasileira vive em um Estado democrático de direito, este trabalho tem por objetivo analisar alguns gargalos que constituem entraves ao cumprimento da finalidade social do sistema estatístico. Esses gargalos estão inseridos justamente na teia de relações entre usuários, produtores e Estado. O trabalho busca refletir, então, sobre os principais problemas que afetam o relacionamento dos produtores com os usuários; a integração e coordenação do sistema; e, ainda, sobre as principais controvérsias existentes em relação aos aspectos orgânicos da estrutura institucional do sistema estatístico nacional.

RESUMEN

Desde el inicio de la formación del sistema estadístico brasileño, la producción y difusión de las estadísticas oficiales siempre han estado conectadas con las necesidades de conocimiento del Estado sobre sus recursos. Pero con el desarrollo de la sociedad, las estadísticas tienen otro propósito. Con el creciente volumen de la demanda de información, se llega a la fase actual en que el sistema tiene que proporcionar datos no sólo para el gobierno sino para la sociedad en su conjunto. Y esta disposición de datos tiene que ser de forma confiable, imparcial y de utilidad práctica para la sociedad. Este se convierte en el nuevo propósito social del sistema estadístico. Actualmente cuando la sociedad brasileña vive en un Estado democrático de derecho, este trabajo tiene como objetivo analizar algunos cuellos de botella que obstaculizan el cumplimiento de la finalidad social del sistema. Estos cuellos de botella están insertados en la red de relaciones entre usuarios, productores y Estado. El trabajo busca reflexionar, entonces, sobre los principales problemas que afectan a la relación de los productores con los usuarios; la integración del sistema y la coordinación; y también sobre las principales controversias con respecto a la estructura institucional del sistema estadístico.

ABSTRACT

Since the beginning of the formation of the Brazilian statistical system, the production and dissemination of official statistics have always been linked to what the State needs to know about its resources. But with the development of society, official statistics now have another purpose. With the increasing volume of information demand, we have arrived at the current stage in which the system has to provide data not only for the government but for society as a whole. And this data provision has to be reliable, impartial and of practical value to society. This has become the new social purpose of the statistical system. At present, with Brazilian society living in a democratic state under rule of law, this work aims to analyze

some of the bottlenecks which obstruct the fulfillment of the social purpose of the statistical system. These bottlenecks form part of the web of relationships between users, producers and State. The present work thus aims to consider the main problems affecting the relationship between producers and users; the system's integration and coordination; and also the major controversies regarding the organic aspects of the institutional structure of the national statistical system.

1. Introdução

Como na maioria dos países, desde a sua origem, a organização da produção e a disseminação das estatísticas brasileiras sempre estiveram ligadas às necessidades de conhecimento do Estado sobre os seus recursos. Tem sido assim desde o início da formação do sistema estatístico, no período imperial, até os dias atuais, em que se tem um sistema robusto, em que a produção estatística deve prover dados não somente para o governo, mas para a sociedade como um todo.

No contexto atual, em que a sociedade brasileira vive sob a tutela da Constituição Cidadã de 1988, que “instituiu a descentralização e a participação como eixos centrais do processo de gestão democrática das políticas públicas” (Rocha, 2009), e em que internacionalmente se discute a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cabe analisar alguns gargalos apresentados pelo sistema estatístico nacional. Esses gargalos constituem entraves ao cumprimento de sua finalidade social, que é a de prover estatísticas públicas confiáveis, imparciais e de utilidade prática para a sociedade. Trabalhando com a definição de sistema estatístico dada por Chenais (2008):

This paper defines the statistical system as a system made up of public sector units whose main activity consists of producing statistical data, coordinating production activities, disseminating information or providing specialised training for statistical professions. The interrelation of this system with suppliers of individual data, users, funding sources or with governing bodies and their partners is also taken into account (Chenais, 2008:8).

E entendendo que é nessa inter-relação do sistema com os produtores, informantes, usuários e governo que se encontram os principais entraves ao desempenho de um sistema estatístico compatível com o processo de desenvolvimento da sociedade democrática, o objetivo desse artigo é refletir sobre essas questões, usando como postos-chave os seguintes temas: necessidades, prioridades e satisfação dos usuários; coordenação estatística; e estrutura jurídica e institucional.

2. Necessidades, prioridades e satisfação dos usuários

Silva (2005) identifica a existência de dois grandes grupos em relação ao perfil de usuários do sistema brasileiro de estatísticas públicas:

Dentre os usuários, é possível definir dois grupos a partir da forma dominante de acesso às informações: o dos usuários que trabalham em grandes instituições de pesquisa públicas ou privadas que têm necessidade de acesso rápido e utilizam grande volume de dados como base para a sua produção científica e empresarial, e o daqueles que utilizam informações estatísticas de forma eventual para a solução de problemas bem definidos (Silva, 2005:67).

Apesar de existir uma infinidade de tipos de usuários, com interesses distintos, essa divisão ajuda a analisar as práticas de disseminação e relacionamento com usuários do sistema estatístico.

O primeiro grupo definido por Silva (2005) pode ser caracterizado *grosso modo* como um grupo de especialistas e formadores de opinião, envolvidos em alguma atividade que exija o uso das estatísticas públicas: técnicos do governo, pesquisadores e consultorias econômicas, por exemplo. São usuários que conhecem o sistema estatístico e convivem com os produtores do sistema estatístico em fóruns, seminários e associações profissionais. Em termos de acesso, esse grupo prefere o uso de serviços mais especializados, como o serviço de tabulações especiais, serviço de acesso a microdados não desidentificados e acesso a microdados disponíveis na internet.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema estatístico nacional; estatísticas públicas; informação e cidadania

PALABRAS CLAVE

sistema estadístico nacional; estadísticas oficiales; información y ciudadanía

KEYWORDS

national statistical system; official statistics; information and citizenship

Recibido:
10.10.2016

Aceptado:
24.10.2017

Em termos de relacionamento com os órgãos de estatística, esse grupo mantém contato direto e participa ativamente de fóruns consultivos para a construção de novos produtos estatísticos, como os recentes projetos de reformulação das pesquisas domiciliares ou das pesquisas agropecuárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o segundo grupo de usuários definido por Silva (2005) é composto pelo público que busca informação para um estudo específico ou por um dado necessário para o planejamento ou para uma tomada de decisão. Em termos de acesso, prefere usar os sites dos órgãos estatísticos; quando não encontra o que procura, ou não entende os dados disponibilizados, prefere o contato via e-mail ou telefone. Seu relacionamento com as instituições é impessoal e se dá pelos canais de atendimento institucional disponibilizados pelos produtores.

Esta caracterização sobre os perfis dos usuários mostra quão desiguais são as relações com os usuários dentro do sistema estatístico, que ocorre tanto no acesso aos dados quanto na forma de contato com os produtores.

A Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD) orienta as organizações estatísticas, no que diz respeito ao relacionamento com usuários, a:

- Detectar, por medio de un contacto estrecho con todos los sectores, la aparición de nuevos temas de interés que puedan necesitar de apoyo estadístico;
- Realizar un seguimiento, con los representantes de los diversos sectores, para determinar si los servicios que presta el organismo de estadísticas son adecuados (UNSD, 2004:64).

No sistema estatístico brasileiro o principal meio previsto de acompanhamento dos usuários para conhecer suas necessidades e satisfação é a Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), que deve ser realizada periodicamente. O evento reúne o IBGE e os demais produtores de estatísticas públicas com os vários segmentos da sociedade que as utilizam. O objetivo do encontro é que os órgãos produtores apresentem aos usuários tanto o estado da arte da produção quanto suas perspectivas de avanço, e, ao mesmo tempo,

que ouçam dos usuários a avaliação sobre as deficiências, as lacunas e as novas demandas para a produção de estatísticas públicas.

A última conferência realizada foi em 2006, mas até hoje o IBGE não tornou público o relatório final do evento, documento que iniciaria o processo de estruturação e elaboração do Plano Geral de Informações Estatísticas (PGIE), programa oficial das estatísticas a serem produzidas.

De forma geral, o IBGE e os demais produtores de estatísticas públicas não possuem canais sistemáticos e regulares de consulta sobre a satisfação do usuário com os dados estatísticos produzidos, sobre a forma como são disseminados pelo sistema como um todo, ou sobre suas necessidades e prioridades na produção de novas estatísticas.

A avaliação das estatísticas públicas, que se dá na CONFEST, está restrita ao primeiro grupo de usuários especialistas e formadores de opinião identificados por Silva (2005). Para os demais usuários eventuais ou potenciais de dados estatísticos faltam meios regulares de diálogo e capacidade de articulação para expor críticas ou novas demandas aos órgãos produtores.

A ausência de uma forma regular de consulta aos usuários não especialistas impossibilita o conhecimento sobre o atendimento da demanda de dados estatísticos pela sociedade, impedindo assim a avaliação sobre a relevância das estatísticas produzidas.

Segundo Dowbor (2016):

As informações, como já dissemos existem, e em quantidades diluvianas, produzidas por instituições especializadas como IBGE, SEADE e outras, bem como por ministérios, pelo Banco Central, por governos de Estado, por administrações municipais. De forma geral, estas informações são geradas segundo uma filosofia da oferta, daquilo que a instituição considera que deveria produzir, com pouca consideração da demanda, ou seja, daquilo que a sociedade precisa saber para uma participação política informada (Dowbor, 2016:9).

O foco na oferta do sistema estatístico fica evidente quando se observa que as decisões sobre quais dados devem ser produzidos e de que forma devem ser disseminados são atravessadas por avaliações unilaterais dos órgãos produtores.

As atividades de disseminação formuladas pelos serviços e produtos, em geral e, sobretudo, governamentais, buscam, quase sempre, a “democratização da informação”. O conceito, porém, tem sido desgastado pelo uso, particularmente quando se verifica que as decisões sobre quais informações e em que formato divulgá-las são permeadas por julgamentos unilaterais. As instituições nem sempre se questionam sobre o que produzem, sobre a relação entre seus produtos e as necessidades de informação, sobre as formas de disponibilização utilizadas e, em especial, sobre seus públicos. E se o termo “democratização da informação” gradativamente desaparece dos discursos públicos e é substituído pelos de “cidadão” ou “sociedade civil”, tal fato não vem necessariamente acompanhado de uma análise quanto a seu significado efetivo (Lara e Conti, 2003:27).

A concentração de esforços na produção de dados com excelência técnica deixa de lado a busca pela identificação do usuário e sua diversidade de necessidades, fica em segundo plano também a conquista de potenciais utilizadores e a ampliação do uso das estatísticas. Essas ações são importantes para a inserção de mais cidadãos no debate democrático.

A democratização do uso das estatísticas públicas está ligada diretamente também às questões de acesso e entendimento dos dados. Os potenciais usuários geralmente são aqueles que não estão muito familiarizados com as estatísticas e se sentem inseguros no seu uso.

As tecnologias de informação e, principalmente, a internet permitem ampliar a disseminação dos dados, mas é preciso apurar em que medida os usuários conseguem acessar e se estão apreendendo as estatísticas divulgadas.

A falta de um diálogo regular com o usuário impede que as instituições produtoras de estatísticas públicas aprimorem a prática de organizar estatística para o público não especialista. A localização de um dado acaba sendo uma tarefa árdua para pessoas que não tenham ao menos alguma perícia na sua produção e uso.

Nesse ângulo, verifica-se que, de modo geral, os sites das agências estatísticas nem sempre se utilizam, de forma devida a linguagem específica da *Internet*. A organização das páginas nos sites é, na maioria das vezes, excessivamente elaborada na perspectiva do produtor da informação, exigindo do usuário esforço para compreender sua lógica ou o conhecimento prévio do universo de informações normalmente produzidas. Há problemas relacionados à linguagem, seja porque a mesma informação é apresentada com diferentes denominações e não há mecanismos de compatibilização entre as linguagens, seja porque tais denominações são excessivamente marcadas pelo jargão técnico. Não é raro verificar que os usuários encontram dificuldades para localizar informações, pois na construção do site e das páginas não se considera se ele conhece ou não as principais pesquisas da instituição ou não se questiona se eles entendem a linguagem na qual as informações são veiculadas. Se ele desconhece, resta-lhe a tarefa de peregrinar pelo site na tentativa de adivinhar os princípios de arranjo utilizados pelo proprietário ou sua forma de expressão que, invariavelmente, deixam pouco espaço à participação de quem se aventura a navegar nele (Lara e Conti, 2003:32).

A informação confiável, compreensível e bem difundida constitui um instrumento de cidadania. Faz-se necessário, portanto, que ao lado da qualidade da produção, o uso pela sociedade seja o objetivo condutor do sistema estatístico. O grande desafio, nesse caso, é disseminar as estatísticas públicas segundo as necessidades práticas dos cidadãos.

Nos tempos atuais, quando a maioria das informações recebidas diariamente são acompanhadas de medidas estatísticas e de

índices que são comparados e analisados para validar perspectivas individuais ou coletivas sobre a economia ou sobre a população, é importante que o cidadão, além de ter acesso aos dados, possua também o conhecimento de conceitos que o instrumentalize a entender e criticar os números que são divulgados.

Nesse sentido, a inclusão do ensino da estatística e da probabilidade desde as primeiras séries da educação básica, através das diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹, constitui um passo importante na construção da utilidade prática das estatísticas públicas e formação para o exercício da cidadania.

A compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais também dependem da leitura e interpretação de informações complexas, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania, é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente, etc. (SEF, 1997:25).

E a disponibilização do canal temático “Vamos Contar” no site do IBGE, disseminando dados estatísticos por meio de atividades e recursos para aulas desde a educação infantil até o ensino médio, produz uma sinergia que potencializa a possibilidade de formação do cidadão.

Apesar do foco do sistema estatístico estar na oferta de dados, é possível observar avanços significativos, nas últimas décadas, em relação à disseminação das informações e à busca de conhecimento e atendimento da demanda dos usuários, principalmente no que tange ao IBGE e a alguns órgãos estaduais. É o caso, por exemplo, da disponibilização na *Internet* de relatórios metodológicos e metadados (informações úteis sobre os dados), que permitem ao usuário encontrar com mais facilidade a informação e ter acesso os elementos necessários para sua compreensão. Outra prática a ser valorizada são as iniciativas do IBGE de organizar fóruns com usuários para a discussão dos projetos de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais e de Reformulação das Pesquisas Agropecuárias.

Mas, se o objetivo é a universalização do acesso às estatísticas públicas, para que o acesso e o uso da estatística pública ocorram de maneira efetiva, de modo a permitir que ela tenha utilidade prática para toda a sociedade, é necessário que mais ações como essas sejam realizadas de forma sistematizada. É preciso pensar em estratégias de relacionamento mais adequadas à diversidade de usuários, principalmente em um país com grandes diferenças sociais e educacionais como o Brasil. E uma vez que o acesso esteja garantido, é necessário avaliar, junto aos usuários, por um lado o grau de compreensão das informações disponibilizadas; por outro, o grau de satisfação ou a dificuldade com a forma de recuperação dos dados.

3. Coordenação estatística

Do lado dos produtores das estatísticas públicas também existe uma heterogeneidade na conformação das instituições envolvidas e uma multiplicidade nos dados oferecidos.

Após a Constituição de 1988, novos preceitos constitucionais e legais, que levaram à descentralização da execução de políticas sociais, fizeram com que estados e municípios ganhassem novas competências, necessitando cada vez mais de informações sociais, econômicas e territoriais, regionalmente detalhadas, para a elaboração de políticas públicas.

Por outro lado, a expansão de políticas sociais focalizadas, de planejamento, execução e gestão mais complexas, fez com que os órgãos ministeriais envolvidos necessitassem de dados mais detalhados sobre as características da população alvo, incluindo, em muitos casos, a construção de cadastros das famílias ou pessoas beneficiárias.

Da mesma forma, outros órgãos federais responsáveis pela produção de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho formal, educação e saúde também se desenvolveram muito desde então, ampliando consideravelmente a oferta e o acesso a esses dados.

Todos esses fenômenos implicaram na produção

de estatísticas próprias, seja por meio da compilação de registros administrativos seja pela produção de dados primários, resultando, assim, na configuração atual dos três pilares na produção estatística oficial: o IBGE, as agências estaduais e municipais de estatística e os órgãos produtores do poder executivo federal².

Essa multiplicidade de órgãos públicos envolvidos na produção de estatísticas públicas, sem clareza na divisão do trabalho e na distribuição de competências, tem favorecido, em alguns casos, a superposição na oferta de dados. Mas essa duplicidade convive, ao mesmo tempo, com a ausência de dados em vários temas e níveis de detalhamento.

A indefinição na distribuição de competências em matéria estatística entre as três esferas de governo e no interior da esfera federal dificulta um eficiente aproveitamento dos escassos recursos existentes. O conjunto de estatísticas produzidas é definido pelo setor público com pouca articulação entre os órgãos envolvidos, que recebem demandas de várias partes e tomam decisões de produção de dados que poderiam estar inseridos em investigações ou compilação de registros administrativos realizadas em outras instâncias.

As demandas recebidas pelas instituições geralmente são pontuais, manifestando interesses setoriais. Originam-se na esfera governamental para construção ou gestão de políticas públicas, organizações privadas ou do terceiro setor interessadas em temas econômicos ou sociais. Podem ser geradas, também, pela proposição dos próprios técnicos das instituições, a partir de análises sobre temas de sua especialização, ou ainda, terem origem em recomendações internacionais.

Como consequência da maneira pouco articulada como se dá esse processo de atendimento às demandas de dados, observa-se, atualmente, no Brasil, a produção e a divulgação de uma profusão de estatísticas e indicadores, por parte dos vários órgãos produtores, sem a necessária coordenação e sem uma discussão metodológica que permita verificar consistências, compatibilidades e duplicidades.

Lima (2008), ao analisar as estatísticas criminais

brasileiras, avalia muito bem essa situação:

Em síntese, a análise das estatísticas criminais brasileiras revela que dados existem e fazem parte da história do sistema de justiça criminal do país, mas que eles não se transformam, mesmo após a redemocratização, em informações e conhecimento. O aumento da quantidade de dados produzidos, advindo da modernização tecnológica do Estado, provoca, por sua vez, a opacidade do excesso de exposição e permite que discursos de transparência sejam assumidos, mas não provoquem mudanças nas regras e práticas de governo (do que adianta ter disponível milhões de registros se o usuário não-especialista não sabe o que elas significam ou traduzem?). Hoje, várias secretarias de segurança do país e outros órgãos de governo colocam à disposição, pela *internet*, estatísticas sobre crimes e criminosos e, nem por isso, podemos afirmar que conhecemos muito mais sobre os principais dilemas do tema do que alguns anos atrás (Lima, 2008:69, grifo nosso).

A análise de Lima (2008) pode ser aplicada a outros temas, como saúde, emprego e educação, por exemplo. Diante do volume e das diferentes fontes das estatísticas divulgadas, o usuário fica perdido e, ao mesmo tempo, privado da possibilidade de conhecimento.

Uma das consequências da falta de coordenação do sistema é a inexistência de definição oficial dos limites do sistema, ou seja, a identificação de todas as unidades envolvidas na produção e disseminação, e, conseqüentemente, a inexistência de um inventário completo sobre todas as estatísticas oficiais produzidas.

A crescente demanda por novas estatísticas, nos mais variados temas, em intervalos e coberturas geográficas diversas, em um país com a dimensão do Brasil, não pode ser atendida por uma instituição estatística isolada. De fato, se faz necessário a atuação de vários órgãos produtores, trabalhando em conjunto e de forma coordenada, de forma a evitar o risco de incomparabilidade dos resultados e desperdícios de recursos escassos.

A coordenação na produção das estatísticas públicas poderia evitar a “opacidade” (Lima, 2008) de algumas estatísticas públicas e facilitar o compartilhamento dos dados, tanto no momento da produção quanto do uso. Poderia evitar, também, a manipulação dos números, dado que a transparência sobre as incomparabilidades e as confluências da produção estatística existente permitiria a identificação dos limites de validação dos números apresentados nos discursos.

Coordenação nacional constitui um dos princípios fundamentais recomendados pela UNSD.

Princípio 8 Coordenação nacional

A coordenação entre os órgãos de estatística de um país é indispensável, para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico (IBGE, 2015).

Chenais (2008) aponta a integração e a coordenação como aspectos importantes na governança técnica de um sistema estatístico.

Even if every unit of the statistical system is managed as well as possible within the framework of the mission it has been set, this is not enough to assure optimal management of the overall statistical sector. Indeed, interrelation within the system and relations with the main stakeholders need to be supervised and their consistency ensured within what is termed “statistical coordination” (Chenais, 2008:23).

A realização da coordenação nacional sempre foi um desafio para o sistema estatístico brasileiro. O IBGE, que legalmente exerce essa função, tem dado alguns passos nessa direção, como a instituição da Comissão Nacional de Classificações (CONCLA), criada para monitoramento e definição das normas de utilização e padronização das classificações estatísticas. O trabalho de padronização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), realizado juntamente com a Receita Federal do Brasil e com vários órgãos da administração pública, nas três esferas de governo, é um caso de sucesso em termos de integração e coordenação. Outros dois casos de sucesso são o trabalho em conjunto com os órgãos estaduais de estatística na produção das Contas Regionais e do cálculo

do PIB-Municipal e a instalação do Comitê de Estatísticas Sociais³. Mesmo assim, ainda há muito a ser construído, em termos de integração e coordenação das estatísticas produzidas.

Muito tem-se discutido sobre a necessidade de uma efetiva coordenação do sistema estatístico, como se vê nos estudos de Senra (1998); Senra (2005); Ferreira (2003); Lima (2008); Feijó e Valente (2005). As opiniões podem ser resumidas em duas posições: uma é a de que o IBGE assumia mais o papel de coordenador do sistema e a outra é a de criação de um órgão colegiado. Senra (1998; 2005) expressou as duas opiniões em momentos distintos. A opinião expressa em Senra (1998) foi o resultado da pesquisa de opinião realizada junto a integrantes dos quadros institucionais do IBGE e de agências estaduais e municipais de estatística, como parte integrante da sua tese de doutoramento.

Assim, a pesquisa revelou unânime valorização do IBGE como coordenador da estatística nacional, negando-se claramente a necessidade de uma agência coordenadora. A agência nacional teria visão impar do conjunto de possibilidades produtivas, teria visão impar das diretrizes necessárias às estatísticas públicas, em síntese, a coordenação só pode ser feita pelo IBGE, caso contrário não teria legitimidade. Entretanto, há quem sentencie que seria preciso promover uma reestruturação administrativa e organizacional do órgão [IBGE], para dotá-lo de mais flexibilidade e agilidade administrativa, há quem declare que seria conveniente que o órgão [IBGE] dispusesse de uma unidade burocrática para questões de coordenação, mas tomando-a na simples função de observadora do que fosse desenvolvido nas áreas temáticas, o que seria a nosso juízo muito pouco (Senra, 1998:120).

Em Senra (2005), o autor expõe a sua opinião:

A coordenação melhor ficaria num Conselho Superior de Estatística, composto de notáveis (conselho de sábios), com posição política e com visão técnica. Sua atuação poderia acontecer em diferentes competências: executiva, legislativa e judiciária. Como e em

quais limites, teria de ser objeto de debates e acordos. Enfim, constituído, lhe competiria credenciar as instituições produtoras, desde que atendessem a determinadas precondições, sob alguma doutrina estatística; e lhe caberia garantir a ocorrência dessas precondições, fazendo-as consolidar e avançar, da mesma forma que lhe caberia validar os resultados (Senra, 2005:129).

Durante o II Fórum IBGE e Órgãos Regionais de Estatística, em 1998, Luiz Henrique Proença Soares, ex-diretor da Fundação SEADE/SP, também expôs sua opinião sobre a coordenação do sistema.

Reconhece-se a necessidade de que se estabeleçam mecanismos e instâncias de coordenação do SEN, respeitadas as especificidades de cada situação regional ou local, já que a estrutura federativa do país assegura a esses entes autonomia em relação ao poder central, o que não exclui a produção de estatísticas. E lança, além da flexibilidade nos modelos e formas de intervenção, a necessidade de que o exercício de coordenação, como sugere Senra, ao mesmo tempo que dotado de poderes específicos para fazer valer sua atividade, seja construído a partir da argumentação e do convencimento das partes envolvidas no Sistema. Isso não significa o engessamento da unanimidade, mas a busca da construção de consensos. Satisfeitos esses requisitos, envolvendo a ampliação da legitimidade dos processos decisórios nas entidades produtoras, poder-se-ia passar ao capítulo das discussões acerca das tarefas específicas que caberiam a cada parte do sistema. Dito de outra forma, o problema central que se apresenta no tema proposto me parece residir muito mais nos fundamentos do exercício do poder específico – e não pequeno – que se associa às entidades produtoras de estatísticas, e que é proporcional à sua importância no Sistema, e não numa definição funcional e supostamente técnica das tarefas a serem cumpridas por essas entidades (Senra, 2009:596).

A coordenação e integração do sistema estatístico

constitui um tema que deveria ser objeto de atenção pelo Estado brasileiro. Faz-se necessário pensar uma concepção de coordenação das estatísticas públicas que tenha forma sustentável a longo prazo e que seja implementada de forma orgânica e acordada entre os vários órgãos. E essa concepção precisa estar assegurada por uma estrutura jurídico e institucional que assegure o ordenamento e a integração das instituições responsáveis pela produção da estatística oficial no país.

4. Estrutura jurídica e institucional

Senra (2012) identifica três modelos históricos no sistema estatístico brasileiro. O primeiro modelo vai de 1936 a 1966 e se desenvolve plenamente durante o Estado Novo de Vargas. Estava sustentado em três pilares: o primeiro deles é que o instituto nacional de estatística abrangeria também a geografia; o segundo era a existência de uma rede de agências municipais de estatística, com acesso aos registros administrativos locais; e o terceiro era a autonomia financeira, através de um fundo com recursos para fins estatístico (Senra, 2012).

O modelo, como dito antes, dava voz e vez às três esferas políticas, em um complexo de organismos colegiados, com força às Assembleias Gerais, às quais tinham acento os órgãos estaduais de estatística, os órgãos federais temáticos – que compunham a Junta Executiva Central – e também os órgãos temáticos associados, cujas produções estatísticas, embora fossem integrantes do programa estatístico, não eram feitas pelos órgãos federais temáticos. As Assembleias e a Junta Executiva debatiam e deliberavam regularmente, e suas decisões (resoluções) tinham caráter legislativo (Senra, 2012:3).

O segundo modelo compreende o período de 1966 a 1996 e teve como características o completo afastamento dos colegiados e a produção centralizada no IBGE. As agências estaduais de estatísticas e os órgãos federais com produção temática ficaram estagnados.

O segundo modelo ganha força com o Regime Militar, num tempo de governos militares autoritários, que intensificam o planejamento centralizado (não mais de mobilização psicológica, como no passado, mas já agora com fumos de ciência), a também querer muitas estatísticas, mormente as econômicas (Senra, 2012:4-5).

O terceiro modelo se inicia em 1996 e segue até hoje “num buscar de rumos, numa trajetória mais ou menos errática”, segundo Senra (2012:6). No modelo atual, a estrutura jurídica e institucional vigente ainda é uma herança das décadas de 1930 e 1970. Permaneceram na estrutura atual vários elementos antidemocráticos dos períodos ditatoriais. Um desses elementos é o estabelecimento do objetivo do Sistema Estatístico Nacional de:

(...) possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional. (Lei n.6183, 1974, Art. 1º)

Visar à segurança nacional não pode ser objetivo de estatísticas públicas em uma sociedade democrática, pois o conceito de segurança nacional no regime ditatorial significava muito mais do que a proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos.

Portanto, é possível concluir que o conceito de segurança nacional, formatado no interior da ESG, foi muito além de um mero conceito de defesa do território. Pretendeu-se com o conceito de segurança nacional absorver diversos significados, muitos deles originariamente afetos à política, à economia e à gestão estatal. Com isso, foi construído um conceito de grande importância para justificar a classe militar como a elite dirigente, bem como de outorgar ao Chefe do Executivo um relevante poder de expedir decretos-lei (Costa e Dirschnabel, 2011:548).

O conceito de segurança nacional foi construído de forma a justificar muitos atos discricionários e repressivos praticados pelo Estado durante a ditadura militar. Este conceito não se coaduna com a finalidade social das estatísticas públicas de

fornecer informações para o exercício da cidadania em um Estado democrático de direito.

Outro legado dos períodos anteriores é a vinculação e subordinação de todos os produtores à administração pública: o coordenador do sistema está diretamente vinculado ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), todos os órgãos no âmbito federal estão vinculados a ministérios ou secretarias e os órgãos estaduais e municipais de estatística também estão vinculados, em sua maioria, às secretarias de planejamento ou fazenda.

A forma pela qual o IBGE está organizado, como órgão administrativo subordinado a um Ministro de Estado, reflete uma concepção antiga, segundo a qual os institutos de estatística seriam apenas um braço do governo federal, destinado à coleta de dados solicitados pelos governantes para o melhor exercício de suas funções. Hoje, no entanto, sabemos que os institutos nacionais de estatística são instituições públicas, voltadas à produção de informações confiáveis e relevantes para a sociedade como um todo, sociedade da qual o governo federal é só uma parte. O governo federal, como representante legítimo da sociedade, tem a responsabilidade de garantir o funcionamento de seu instituto de estatística e de zelar pela sua qualidade técnica, isenção e independência, sem abrir mão de seu direito de solicitar ao Instituto que produza as informações de que o governo necessita, mas sem confundir esta responsabilidade e este direito com um simples poder de mando. Posso assegurar que, durante todos estes anos que estive à frente do IBGE, sua independência e autonomia técnica sempre foram respeitadas e garantidas pelos Ministros aos quais estive subordinado, mas o fato é que o IBGE ainda não dispõe dos mecanismos legais e institucionais que garantam sua independência técnica e isenção e o protejam de ingerências externas indevidas, e estes mecanismos precisam ser criados com presteza (Schwartzman, 2016a:2).

A inserção dos órgãos produtores de estatística

nas administrações públicas os deixa expostos às pressões econômicas e políticas. A confiabilidade nos resultados pode ser abalada a qualquer momento devido à possibilidade de manipulação real ou presumível.

Como apontado por Seltzer (1994), as ameaças à integridade das estatísticas podem ser de vários tipos. Uma ameaça muito comum no caso do Brasil, tendo como motivação as restrições orçamentárias, é a suspensão ou atraso na realização de pesquisas que deveriam ser produzidas com periodicidade regular. Exemplo recente desse tipo de interferência foi a suspensão da Contagem da População em 2016, pelo IBGE e MPOG. E casos mais antigos, que se tornaram emblemáticos desse tipo de ameaça, foram o adiamento do censo demográfico de 1990 para 1991, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, e a não realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco.

Outro tipo de ameaça teve como exemplo a desconfiança de manipulação política na divulgação da PNAD 2013, que continha erros nos resultados de desigualdade de renda, constatados por um usuário especialista e corrigidos imediatamente pelo IBGE.

E um outro tipo de ameaça, mais recente ainda, junho de 2016, em meio ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff, foi a mudança na presidência do IBGE pelo presidente da República interino, surpreendendo toda a comunidade de usuários. A ausência de dispositivos legais que garantam sua independência técnica e ofereçam proteção a interferências externas arbitrárias deixam o órgão vulnerável a intempéries políticas e de governo.

O IBGE não pode continuar sendo uma simples repartição dentro de um ministério, precisa ter um presidente e Conselho Administrativo com mandatos definidos, e autonomia para decidir o que pesquisar e publicar, conforme as diretrizes gerais do governo, mas sem interferências. É a garantia de que o país precisa, e o instituto merece (Schwartzman, 2016b).

Nossa luta é por ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE do IBGE, com a convocação de um congresso institucional que trace as metas e o orçamento do Instituto, com ampla participação da categoria, transparente e aberto às contribuições da sociedade brasileira. A única saída para a crise do IBGE é ampliar a participação democrática da categoria nos rumos da instituição (ASSIBGE, 2016).

Outro elemento importante na estrutura institucional do Sistema Estatístico Nacional (SEN) não diz respeito ao legado legislativo dos períodos ditatoriais, mas à ausência de coadunação com o princípio de participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões públicas, consagrado na Constituição de 1988.

Em virtude da diversidade de atores e interesses sociais envolvidos, ou que possam ser atingidos pelo trabalho dos vários órgãos de estatística que compõem o SEN, se faz necessário um espaço público de interlocução, debate e negociação de conflitos.

Em muitos países, como Austrália e Canadá, existem os conselhos nacionais de estatística, com participação do governo, produtores e usuários, que têm a função de assessorar os órgãos nacionais de estatística nas decisões sobre as prioridades nas atividades estatísticas e os programas anuais de trabalho, reduzindo a chance de atuação de grupos sociais com grande poder de influência nessa tomada de decisão.

Para o sistema estatístico brasileiro, Senra (2002) defende a criação de um Conselho Estratégico para a execução dessa tarefa:

Assim, para tratar do desejado e do desejável, em si mesmos, separadamente, e, sobretudo, em suas articulações, bem conviria poder-se contar com um Conselho Estratégico de Informação, como uma institucionalidade do espaço político inerente à demanda (claro, com representação democrática do triângulo da demanda). Ele seria, então, como que o guardião do pilar da pertinência (relevância e abrangência) e do pilar da

utilidade (combinação e comparação), os quais, incorporados ao programa de trabalho, guiam a oferta (quando se estará promovendo a interdependência entre as dimensões sociopolítica e técnico-científica que configuram as informações estatísticas) (Senra, 2002:79).

Feijó e Valente (2005) também defendem a criação do Conselho de Estatística:

Assim, uma questão central, que deixamos em aberto neste texto para futura reflexão, se reporta ao problema da governança do sistema, vale dizer, entre outras coisas, aos mecanismos a serem adotados para a definição da agenda de pesquisas, a garantia à qualidade e à transparência necessária às estatísticas, permitindo o pleno exercício da cidadania. Nesse aspecto, parece-nos oportuna a criação de uma Comissão ou Conselho Estatístico, composta por representantes do governo e da sociedade civil, que atuaria como uma agência reguladora. Da mesma forma, uma Lei de Responsabilidade Estatística, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, propiciaria um instrumento de controle e cobrança da sociedade aos governos, sobre os assuntos pertinentes às estatísticas públicas. Cremos que já é chegada a hora de se rediscutir a Lei Estatística atual, vigente há mais de 30 anos. (Feijó e Valente, 2005:53)

E ainda, na IV CONFEST promovida pelo IBGE em 1996, várias associações da comunidade científica⁴ produziram um documento com um conjunto de propostas para diretrizes de uma política nacional de estatísticas públicas que contribua para a construção de uma sociedade democrática. Uma das propostas do documento era a criação do Conselho Nacional de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (CONISET).

Propõe-se o estabelecimento de uma coordenação compartilhada com as associações científicas, sociedade civil organizada e o governo, através da criação do Conselho Nacional de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (CONISET). Este espaço está sendo proposto para que

se ampliem as possibilidades de superação de disputas tecnicistas (entre os diferentes produtores de dados) e do histórico afastamento de entidades organizadas da sociedade do processo de gestão da informação. O CONISET deve ser um fórum de caráter permanente (locus possível de disputa entre saberes e interesses, muitas vezes contraditórios, a serem negociados), no qual as questões estratégicas estarão sendo debatidas, ampliando as possibilidades de implementação de uma PNI. Deve constituir-se em um fórum privilegiado para o qual confluirão os debates dos interlocutores envolvidos, no sentido da busca de um acordo que dê respaldo político e técnico legitimador a um novo *modus faciendi* para a gestão da Informação: colegiada, participativa, democrática e compromissada com o avanço da consciência de cidadania. (SBPC, 1996:14)

Os vários elementos apontados indicam que a estrutura atual do SEN, que vem sendo mantida desde a década de 1970, apresenta um descompasso entre as necessidades atuais de informação e de participação social na definição da agenda de produção de informações. Faz-se necessária a construção de um marco legal e institucional para a regulação de todo o processo de trabalho que seja compatível com o estágio atual de desenvolvimento econômico e social do país.

A elaboração de estatísticas oficiais está a cargo dos sistemas nacionais de estatística (National Statistical Systems, NSS), que abrangem os responsáveis pela recolha, compilação e análise dos dados, bem como os respectivos utilizadores. No entanto, nos países em vias de desenvolvimento, muitos destes sistemas nacionais não têm capacidade para responder às necessidades dos utilizadores. As estatísticas de qualidade não são baratas e, em muitos países, os sistemas estatísticos são insuficientemente financiados e não produzem os resultados esperados. Se os sistemas não forem aperfeiçoados, a falta de dados estatísticos de qualidade irá prejudicar o desenvolvimento econômico e social (Paris21, 2004:3).

O diagnóstico sobre a caducidade da estrutura organizacional do SEN é compartilhado por vários estudiosos do tema [Senra (2005); Januzzi e Gracioso (2002); Feijó e Valente (2005); Médici (1990); e Carvalho, Figueirôa e Guimarães (2006)] e alguns deles apontam a necessidade do estabelecimento de uma política pública nacional para a regulação da produção e disseminação de estatísticas públicas.

Assim, a realização harmoniosa da informação estatística como bem público dependerá da existência de uma política de informação, entendida como a necessária regulação de todo o processo de trabalho, dirimindo polêmicas no âmbito de uma coordenação especializada.

Entendemos que uma política de informação deverá atuar em todo o processo de geração das informações, partindo da sua idealização, passando por sua realização e chegando à sua utilização, claro, cuidando-se atentamente de seu arquivamento, de sua documentação, de sua disseminação. Enfim, estará materializada, desdobrada, em um conjunto de leis, diretrizes, regulamentos e interpretações, emanados das autoridades competentes, orientando-se todo o processo de geração das informações (Senra, 1999:1). A gravidade de tal crise aparece em toda a sua dimensão quando se leva em conta que informar, antes de mais nada, é um ato político. Nem os meios, nem o conteúdo da informação intervêm em um vazio histórico; ao contrário representam e são, sempre, portadores de intencionalidades políticas. É nesse sentido que se afirma a essencialidade da definição de uma Política Nacional de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais que seja fruto de um processo contínuo e democrático de uma nova dinâmica decisória no tocante às informações consideradas como oficiais. (SBPC et al., 1996:3)

Mas a definição de uma política pública nacional sobre o sistema estatístico não pode ser construída de cima para baixo ou unilateralmente. A organização *Partnership in Statistics for Development in the*

21st Century – Paris21, fundada em 1999 pelas Nações Unidas, Comissão Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, adverte que é necessário tomar cuidado na definição sobre a melhor forma de desenvolvimento das estatísticas públicas de um país.

Esta tarefa pode ser facilitada mediante a concepção e execução de planos estratégicos de estatística, integrados nos processos da política nacional e abrangendo todos os setores de dados e todos os utilizadores (Paris21, 2004:3).

5. Considerações finais

É fato que o sistema estatístico brasileiro progrediu muito nas últimas décadas e, atualmente, está consolidado e possui credibilidade social quanto à produção das estatísticas por ele produzidas, possuindo lugar de destaque perante sistemas estatísticos de outros países. Mas credibilidade é difícil de conseguir e fácil de perder.

Em um Estado democrático de direito, as estatísticas públicas devem estar a serviço do público, e não do poder governamental. As instituições produtoras de estatísticas devem preservar a imagem de legitimidade pública e de instituições produtoras de bem público a serviço de toda a sociedade. A preservação da respeitabilidade, apoiada na confiabilidade dos dados produzidos, requer a construção de um marco legal e institucional, amplamente discutido com produtores e usuários. O amplo debate entre os produtores e usuários sobre a organização do sistema estatístico permitirá uma melhor visualização tanto das deficiências quanto das virtudes da estrutura atual,

NOTAS

¹ Em atendimento à Lei Federal nº 9.394 de 20/12/96, equipes subordinadas às Secretarias de Educação Fundamental e de Educação Média e Tecnológica elaboraram Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio, respectivamente, atendendo à exigência da LDBEN/96 que incumbia à União, em colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios, a responsabilidade de estabelecer currículos e conteúdos mínimos para a Educação Básica (DA SILVA, 2016:750).

² Além da produção estatística oficial, o usuário convive ainda com uma profusão de índices e indicadores produzidos por órgãos internacionais, como o PNUD, FMI e BID, e órgãos privados nacionais, como a FGV, FIPE e CNI. Índices, por exemplo, como o IDH, produzido pelo PNUD, e os de inflação produzidos pela FGV são largamente utilizados no país e disseminados pela grande mídia.

³ O Comitê de Estatísticas Sociais, criado através da Portaria Interministerial nº 424, de 6 de dezembro de 2007, é um fórum composto pelos órgãos produtores federais de estatísticas sociais com a finalidade de construir documentação padronizada das diversas bases de dados; identificar potencialidades e lacunas das principais bases de dados sociais; e avançar em direção à análise integrada dessas diversas bases. Mais informações em <http://ces.ibge.gov.br/>.

⁴ Assinaram o documento as seguintes sociedades científicas: SBPC, ABEP, ABE, ABRASCO, ANPEC, ANPOCS, ANPEGE, ANPUR, SBC e SBEP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIBGE (2016) *Servidores do IBGE repudiam nomeação de empresário para dirigir o Instituto*. Recuperado de [<http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/tag/ibge/1>]. Consultado [01-06-2016].

CARVALHO Jr. C. V.; FIGUEIRÔA, E. S. B.; GUIMARÃES, J. R. S. (2006). Informação, planejamento, cidadania e desafios contemporâneos do sistema estatístico nacional. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG.

CHENAIS, G. (2008). *A National Strategy for the Development of Statistics (NSDS): a proposal for the structure of the final document*. The Partnership in Statistics for Development in the 21st Century - Paris 21.

COSTA, M. M.; DIRSCHNABEL, L. (2011). A doutrina da segurança nacional: justificação do governo militar e perseguição do "inimigo". *Anais do V Congresso Brasileiro de História do Direito*, Curitiba, PR.

DA SILVA, M. A. (2011). A Presença da Estatística e da Probabilidade no Currículo Prescrito de Cursos de Licenciatura em Matemática: uma análise do possível descompasso entre as orientações curriculares para a Educação Básica e a formação inicial do professor de Matemática. *Boletim de Educação Matemática*, UNESP, Campus de Rio Claro, 24 (40). pp. 747-764.

DOWBOR, L. (2016). *Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável*. Recuperado de [<http://dowbor.org/2004/10/informacao-para-a-cidadania-e-o-desenvolvimento-sustentavel-2.html/>]. Consulta[17-04-2016].

FEIJÓ, C.; VALENTE, E. (2005). As estatísticas oficiais e o interesse público. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, 15(1). pp. 43-54.

FERREIRA, S. P. (2003). Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. *São Paulo em Perspectiva*, 17, (3-4). pp.17-25.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2015) *Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais*. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm]. Consultado [14-04-2015].

JANNUZI, P. M.; GRACIOSO, L. S. (2002). Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, 16 (3). pp. 92-103.

LARA, M. L. G.; CONTI, V. L. (2003) Disseminação da informação e usuários. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, 17 (3-4). pp. 26-34.

LEI Nº 6.183, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974. (1974). Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6183.htm]. Consultado [02-06-2015].

- LIMA, R. S. (2008). A produção da opacidade: estatísticas e segurança pública no Brasil. *Novos Estudos*, 80. pp. 65-69.
- MÉDICI, A. C. (1990). Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, 7(2).
- PARTNERSHIP IN STATISTICS FOR DEVELOPMENT IN THE 21st CENTURY. (2004). *Argumentação a favor de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (NSDS)* (Quinta versão). Secretariado do Consórcio Paris21, Paris, França.
- ROCHA, R. (2009) A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 1, nº 11, São Luís, MA.
- SCHWARTZMAN, S. (2016a) *Transmissão de cargo da Presidência do IBGE ao Dr. Sérgio Besserman Vianna*. Recuperado de [<http://www.schwartzman.org.br/simon/saida.htm>]. Consultado [24-05-2016].
- SCHWARTZMAN, S. (2016b). IBGE: quase um século de história. Publicado no O Globo, 29/05/2016. Recuperado de [<http://oglobo.globo.com/economia/ibge-quase-um-seculo-de-historia-19391148>]. Consultado [31-05-2016].
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – SEF (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: matemática*. Brasília: MEC/SEF.
- SELTZER, W. (1994). *Politics and statistics: independence, dependence or interaction?* New York: United Nations.
- SENRA, N. C. (1998). *A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de [<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/665>].
- SENRA, N. C. (1999). Informação estatística: política, regulação, coordenação. *Ciência da Informação*, Brasília, 28(2). pp.124-135.
- SENRA, N. C. (2002). Regime e política de informação estatística. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, 16(3). pp.75-85.
- SENRA, N. C. (2005). Um sistema estatístico para e pela Federação - uma incursão na sociologia das estatísticas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, 15(1). pp.121-131.
- SENRA, N. C. (2009). Estatísticas Formalizadas (C.1972–2002). *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 4.
- SENRA, N. C. (2012). *Sistema estatístico brasileiro a caminho do terceiro modelo: aproveitando elementos do primeiro e do segundo modelos*. Recuperado de [http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1342118758_ARQUIVO_SBHCTTextoNelsonSenraV2jul2012.pdf]. Consultado [23-01-2014].
- SILVA, A.B.O. (2005). O sistema de informações estatísticas no Brasil e as relações entre seus produtores e usuários. *Ciência da Informação*, Brasília, 34(2). pp. 62-69.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC. (1996). Informação para uma Sociedade Democrática: por uma Política Nacional de Produção e Disseminação de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. *I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, Rio de Janeiro, RJ.
- UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. (2004). *Manual de Organización Estadística: el funcionamiento y la organización de una oficina estadística*. New York: Nações Unidas.